



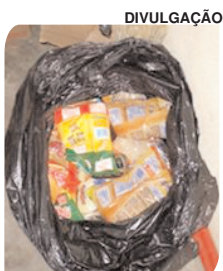
Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO
a serviço do cidadão

Informativo Semanal

281

Merenda Escolar

Um levantamento do Tribunal de Contas feito em 181 escolas municipais de 28 cidades pernambucanas, no segundo semestre do ano passado, constatou diversas irregularidades no armazenamento e na higienização da merenda escolar servida aos alunos da rede pública. Sessenta por cento dos estabelecimentos visitados não dispunham de um local adequado para guardar os alimentos, muito menos de refrigeração para os itens perecíveis.



Os auditores encontraram alimentos pelo chão, ao lado de material de limpeza ou guardados na casa das merendeiras, misturados a roupas, ferragens e outros objetos.

A falta de higienização das frutas e verduras foi outro problema grave registrado pelos auditores. Setenta por cento das escolas não possuem sequer água potável. Houve casos em que a água usada no preparo da merenda escolar era trazida de casa, por um pai de aluno.

Tempo para Correção - Antes de impor sanções aos gestores, o TCE celebrou 20 Termos de Ajustamento de Gestão (TAG) para que os responsáveis corrijam as irregularidades no prazo estabelecido.

TCE orienta sobre aterro sanitário

Uma equipe de engenheiros do TCE, juntamente com o conselheiro Ranilson Ramos, visitou na última quinta-feira, o aterro sanitário de Caruaru, para acompanhar as medidas que vêm sendo tomadas pelo município, no que se refere ao tratamento correto e à destinação final dos resíduos sólidos do município. A prefeitura informou que, seguindo recomendação do TCE, já está tomando providências para ampliar o aterro sanitário. As mudanças decorrem da implantação da Lei de Resíduos Sólidos, que fixa um prazo até agosto deste ano para o fim dos chamados "lixões".

Gestores respondem sobre previdência

Dos 22 municípios pernambucanos que foram notificados pelo TCE em razão da não apresentação do resultado de seus regimes próprios de previdência, cinco regularizaram a situação junto ao Tribunal: Camutanga, Ibirajuba, Orobó, Ribeirão e São José. O TCE reforça a importância do envio desses dados, pois, só por meio deles, é possível saber se os gestores municipais tratam com equilíbrio o sistema previdenciário de suas respectivas cidades.

MPCO: atuação regionalizada

O Ministério Público de Contas já definiu os procuradores que vão atuar, de forma regionalizada, no biênio 2014/2015. A decisão foi tomada durante sessão do Colégio de Procuradores do MPCO e segue o modelo adotado pelo Conselho do TCE nas relatorias das contas, que faz a distribuição, por sorteio, dos municípios em que cada relator vai atuar. Para o Procurador Geral Cristiano Pimentel, a regionalização traz avanço na elaboração dos pareceres do Ministério Público do Contas, pois o procurador conhece melhor os municípios, acompanha de perto as gestões e aumenta a parceria com as equipes das Inspetorias Regionais.

Presidente do TCE na posse do TJPE

FOTO: JAIR ALVES/ AGÊNCIA RODRIGO MOREIRA



O conselheiro Valdecir Pascoal representou o TCE na cerimônia de posse da nova mesa diretora do TJPE. O conselheiro disse estar certo de que os desembargadores eleitos continuarão os esforços com vistas a aproximar, cada vez mais, o judiciário da sociedade.

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Núcleo de Comunicação | 81 3181.7671 | redacao@tce.pe.gov.br
Ouvidoria | 0800 081 1027

www.tce.pe.gov.br